



PREFEITURA DE
IBIPORÃ

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL



**AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO
PLURIANUAL MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-
PPMAS.
2022-2024**



**IBIPORÃ - PR.
2024**

ESTER ROSANA DE MOURA DA COSTA

Secretária de Assistência Social

ANA PAULA RIBEIRO PELISSON

Diretora de Assistência Social

FLAVIANA RIBEIRO GLATZ

Presidente do CMAS gestão 2023-2025

JOSÉ TIAGO GOMES DE OLIVEIRA

Vive Presidente do CMAS gestão 2023-2025

GRAGIANI CARDIN BOTELHO

Vigilância Socioassistencial

ALEX FERREIRA DA CRUZ

Vigilância Socioassistencial

AMANDA WELTER

Secretária Executiva do Conselhos Municipais 2023-2025

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Monitoramento e Avaliação referente ao período de 2022 a 2024, elaborado pela equipe da Gestão da Política Municipal de Assistência Social, em articulação com a Vigilância Socioassistencial e a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), tem como escopo a análise do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual Municipal de Assistência Social (PPMAS) 2022-2025, observando os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O documento visa proporcionar uma avaliação crítica e detalhada das ações em execução, com o intuito de subsidiar a gestão na revisão de estratégias e no planejamento de intervenções que garantam a efetividade e a ampliação do acesso à política de assistência social no município.

O relatório se propõe a sistematizar e apresentar resultados das ações implementadas, fornecendo indicadores que permitam uma avaliação da qualidade e da abrangência dos serviços prestados. Destina-se, ainda, a identificar as necessidades de investimentos estruturais e de qualificação das equipes que atuam na gestão e na execução das políticas, com a finalidade de assegurar o acesso universal e contínuo à proteção social. Neste sentido, o monitoramento das ações é imprescindível para a análise de sua efetividade e impacto, permitindo ajustes e correções necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas no PPMAS.

Além disso, o relatório evidencia a importância do fortalecimento da articulação interinstitucional e da rede socioassistencial, destacando a integração entre as diversas políticas públicas e serviços, fundamentais para a superação de vulnerabilidades e a mitigação de riscos sociais e pessoais. Nesse contexto, as proteções sociais precisam ser pensadas de forma articulada, garantindo a abrangência das ações e a efetiva inclusão das populações em situação de risco e vulnerabilidade. A análise das condições de trabalho das equipes de assistentes sociais também se configura como um ponto crucial, pois a formação contínua e o apoio à atuação profissional são fundamentais para garantir a qualidade da intervenção e o atendimento integral aos usuários.

Ao possibilitar um acompanhamento sistemático, o relatório proporciona

à gestão a qualificação da execução dos serviços socioassistenciais e a identificação de estratégias de intervenção que visem à promoção da autonomia e da dignidade dos usuários, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse processo de monitoramento e avaliação é, portanto, um dispositivo fundamental para a promoção dos direitos sociais e a redução das desigualdades sociais, elementos centrais da atuação do Serviço Social na esfera pública.

AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS – XIV Conferência Municipal de Assistência Social de Ibioporã.

METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2022/2023	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2024
		2022	2023	2024	2025		
Garantir ampliação de equipe técnica e adequação dos espaços e estruturas físicas dos serviços socioassistenciais considerando a previsão da NOB e NOB/RH, considerando o contexto atual de aumento de demanda/famílias referenciadas, visando a garantia de um atendimento e acompanhamento qualificado	Aumentar o quadro de assistentes sociais, psicólogos, auxiliares administrativos e cuidadores sociais, conforme real demanda e adequar a estrutura física dos serviços para um atendimento com sigilo e segurança, garantindo assim maior qualidade nos serviços prestados	X	X	X	X	Na ausência de Concurso público, foi realizado Processo seletivo Simplificado, sendo contratado: 01 Assistente Social, 05 psicólogos, 01 Educador social PSS, além de 03 auxiliares administrativos terceirizados e 01 motorista efetivo transferido de outra secretaria.	Realizado Concurso Público Municipal foram convocados servidores efetivos evitando a rotatividade prejudicial a qualidade dos serviços prestados sendo ainda substituídos os contratados por teste seletivo sendo: 02 psicólogos, efetivos 01 auxiliar administrativo terceirizado 01 auxiliar administrativo efetivo 01 Técnico de Gestão efetivo 01 motorista terceirizado; 04 Educadores Sociais efetivos 04 Cuidadores efetivos
Ampliar e qualificar os serviços para atendimento a pessoa com deficiência e idosos na proteção social básica com a implementação dos serviços de proteção social básica no domicílio.	Ampliação de equipe que permita ampliação do serviço de atendimento ao domicílio, bem como capacitação continuada de servidores garantindo atendimento qualificado.		X			Avaliação: Serviço ainda não implantado	Avaliação: Serviço não implantado

LEGENDA:

- META REALIZADA
- META REALIZADA PARCIALMENTE
- NÃO REALIZADO

A partir do diagnóstico municipal sobre as necessidades apresentadas pelos usuários do SUAS na pandemia e pós pandemia e calamidades públicas, elaborar, planejar planilha de gastos municipais respeitando tipificação no que diz a proteção social básica, média e alta complexidade, assim como possíveis “pandemias e calamidades eventuais” com a garantia da corresponsabilidade dos 3 entes federativos.	Garantir dotação orçamentária e previsão das ações no PMAS	X	X	X	X	O município possui Lei Orçamentária Anual - LOA e Plano Plurianual - PPA em conformidade com ações da política Municipal de assistência social por bloco de proteção em consonância com as ações previstas.	Conforme avaliação anterior o município mantém de forma planejada a Lei Orçamentária Anual - LOA e Plano Plurianual - PPA em conformidade com ações da política Municipal de assistência social por bloco de proteção em consonância com as ações previstas.
Garantir atendimento com benefícios eventuais, com reajuste de valores referentes a necessidade do usuário bem como a garantia de quantidades, mediante demanda, pautados no princípio da equidade;	Atualização do valor do benefício eventual do cartão social, garantindo ao usuário maior poder de compra e mediante realidade de cada família.	X	X	X	X	Proposta já aprovada, com aumento de 540 para 800 cartões sociais com reajuste de 90,00 para o valor de 120,00. Considerando o aumento significativo, não foi possível o aditivo de contrato com a empresa vigente, sendo necessário novo processo licitatório, em fase de publicação do edital	Efetuada o aumento de 540 cartões sociais para 800 cartões com reajuste de 90,00 para o valor de 120,00, em janeiro de 2024, aumentando consequentemente o número de famílias atendidas. Em relação aos valores, em função do contrato faz-se necessário valor fixo por cartão, sendo possível o técnico conceder mais que um cartão conforme avaliação técnica em conformidade com o nível de desproteção de cada usuário e/ou família

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

							atendida.
Propiciar ampla divulgação através de meios de comunicação, materiais gráficos e imprensa local sobre serviços, programas e benefícios, facilitando o acesso dos usuários da política municipal de Assistência Social	Promover divulgação dos serviços e benefícios da Assistência Social, através de materiais gráficos e Mídias sociais, garantindo assim o acesso a todos.	X	X	X	X	São disponibilizados nos CRAS um folder orientativo do serviço PAIF, bem como do benefícios eventuais conforme resolução do CMAS nº012/2019., inseridos também na pagina do município: https://www.ibipora.pr.gov.br/pagina/1728_CRAS-Assistencia-Social.html Sempre que possível utilizamos espaços de utilidade publicas em rádio e TV, afim de garantir o acesso aos usuários.	Em conformidade com a avaliação anterior os CRAS continuam disponibilizando um folder orientativo do serviço PAIF, bem como do benefícios eventuais conforme resolução do CMAS nº012/2019 e suas alterações por meio da resolução do CMAS 12/2024, inseridos também na pagina do município: https://www.ibipora.pr.gov.br/pagina/1728_CRAS-Assistencia-Social.html Sempre que possível utilizamos espaços de utilidade publica em rádio e TV da região, jornal de circulação regional graatuito, pagina oficial do município e redes sociais com instagan dos serviços.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Implantar serviços socioassistenciais da rede de proteção social básica na Região Sul e em territórios onde seja identificada demanda mediante diagnóstico socioassistencial: CRAS e SCFV Criança e Adolescente	Garantir acessibilidade ao usuário residente na região Sul com os serviços de Proteção Social Básica, conforme demanda.	X	X			Serviço ainda não implantado no território.	A rede de serviço ainda não foi fortalecida conforme proposto na localidade, até que se estructure espaço adequado, vem sendo realizado trabalho voltado às crianças de oferta de transporte para o SCFV, bem como atividades descentralizada em período de férias escolares.
Priorizar a inclusão de público alvo atendido nos serviços de acolhimentos em cursos, capacitações, oficinas e programas de aprendizagem e de inserção no mercado de trabalho.	Articulação intersetorial com órgãos de qualificação e de inserção no mercado de trabalho para inclusão dos adolescentes em acolhimento Institucional e ou em Família Acolhedora.	X	X			Em relação aos acolhimento a pessoa adulta no período em que encontrava se em funcionamento ouve uma importante articulação intersectorial entre demais políticas públicas e em relação à criança e adolescente, também é priorizado a vaga para a aprendizagem.	Atualmente o município conta apenas com o Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar – Criança e Adolescente, onde existe uma importante articulação intersectorial entre demais políticas no que tange ao acesso de garantia de direitos, bem como, formação profissional sendo priorizado as vaga de aprendizagem.
Criar benefícios de Transferência de Renda Municipal para crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional.	Implantar um programa de transferência de renda para adolescentes em acolhimento, desenvolvendo a educação e sua autonomia financeira.			X		Avaliação: Proposta em análise, haja vista que é somente permitido transferência com 16 anos completos, sendo um direito ao programa de transferência de renda Federal PBF- Programa	Conforme avaliação anterior e partindo do pressuposto de que somente é permitido transferência com 16 anos completos, sendo um direito ao programa de transferência de renda

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

						Bolsa Família, sendo já autorizado benefício eventual – cartão social, com a proposta de autonomia para adquirir algum produto pessoal	Federal PBF- Programa Bolsa Família, vem sendo autorizado a concessão do benefício eventual – cartão social, com a proposta de autonomia para adquirir algum produto pessoal , com acompanhamento técnico . Ainda em relação a transferência de Renda Municipal foia apresentado pela equipe de MSE uma proposta de Bolsa Cidadania com recursos oriundos do FIA-Municipal e está sendo avaliada pelo CMDCA no que tange a critérios para posterior avaliação do chefe do executivo e se aprovado ao legislativa para aprovação em lei municipal.
Contratar interprete de LIBRAS e capacitar os servidores efetivos;	Proporcionar a capacitação aos servidores municipais, garantindo qualidade nos serviços prestados ao surdo garantindo a ampla comunicação.		X			Proposta não executada até o momento	Proposta em execução mediante Termo de Colaboração realizado pela realizado entre Parceria do Município Ibiporã por meio da S. M. de Educação com a OSC APASI, sendo abertos 45 vagas, destes 37 servidores municipais, de

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

						vários setores públicos, terminaram o Curso Básico qualificando o atendimento à pessoa com surdez, destes 06 da secretaria municipal de Assistência Social.
Implantar um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas com idade entre 18 a 59 anos.	Ampliar os serviços da Rede de Proteção Social Básica, através do SCFV- Adulto		X			Serviço implantado no bairro Taquara do Reino, atualmente com um grupo com 13 participantes com frequência de 02 vezes na semana.
Programa Habitacional Condomínio do Idoso.	Garantir condições de moradias dignas a idosos que ainda não conquistaram sua casa própria.	X	X			Em fase de aprovação
						Aprovado Condomínio do idoso, pelo Governo de Estado do Paraná, através do programa Viver Mais Paraná. Além de garantir um lar às pessoas idosas, também vai oferecer uma estrutura completa e uma série de serviços a esse público. "É um programa habitacional exclusivo para a terceira idade, para atender esse desafio do envelhecimento da população. Os idosos beneficiários terão sua casa garantida para viver a velhice com

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

							tranquilidade, terão atendimento de saúde, espaço de lazer, vão viver com outras pessoas da mesma idade. Serão 40 unidades e o programa encontra-se em fase licitatória para construção.
Melhorias habitacionais para Famílias em situação de vulnerabilidade	Implantar Programa de Melhorias Habitacionais para famílias que residem em casa própria, sem condições de habitabilidade	X	X	X		Projeto já escrito, aguardando liberação de recursos e em fase de levantamento de demandas prioritárias	Propostas no mesmo estágio da avaliação anterior, estando o projeto Já escrito, com dados atualizados periodicamente de demandas prioritárias, contudo aguardando liberação de recursos para execução.
Fortalecer as lideranças comunitárias por meio de estruturação de Associação de Moradores como garantia de espaço ao manifesto e articulação dos usuários.	Realizar uma ação de incentivo a liderança comunitária e estabelecer um calendário para atender e regularizar o maior numero de Associações de Moradores do município	X	X	X		Em execução	Em execução

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

METAS E AÇÕES - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2022/2023	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2024
		2022	2023	2024	2025		
Garantir espaço físico adequado em Acolhimentos Institucionais para atender em casos de COVID-19 ou quaisquer doenças infecciosas.	Fazer um levantamento por serviços das necessidades de reestruturação física	X	X			Em havendo necessidade medidas serão tomadas para garantir segurança dos acolhidos e da equipe	Conforme já pontuado em caso emergencial medidas serão tomadas para garantir segurança dos acolhidos bem como da equipe.
Planejamento, via protocolo de emergência, para situações de calamidades, recorrentes ou não, no município.	Inserir no Programa de contingenciamento em parceria com a Defesa Civil ações em casos de ocorrências de desastres e/ou calamidades.	X	X	X	X	Existe uma articulação intersetorial com a Defesa Civil em casos pontuais quando há ocorrência de fortes chuvas, destelhamento por vendavais ou incêndio, contudo há necessidade de criação de protocolos de atendimentos.	A Defesa Civil do Município mantém um trabalho articulado com a Secretaria Municipal de Assistência Social para atendimento à famílias em situações emergenciais vítimas de incêndios e/ou fenômenos e tragédias natural.
A partir do diagnóstico municipal sobre as necessidades apresentadas pelos usuários do SUAS na pandemia e pós pandemia e calamidades publicas, elaborar, planejar planilha de gastos municipais respeitando tipificação no que diz a proteção social básica, média e alta complexidade, assim como possíveis “pandemias e calamidades eventuais” com a garantia da corresponsabilidade	Atualizar Diagnóstico Municipal, bem como plano de Contingenciamento em caso de novos casos de pandemia ou calamidades publicas com quadro descrito de financiamento.	X	X	X	X	Reavaliar plano de Contingenciamento existente.	Diagnóstico Municipal atualizado anualmente ou sempre que se fizer necessário, bem como Plano de contingenciamento.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

dos três entes federativos.							
Garantir benefícios para os usuários em situação de desproteção e/ou vulnerabilidade durante e após as situações de calamidades públicas.	Atender não apenas calamidades públicas, mas também casos emergenciais por tragédias, considerando que estado de calamidade somente é declarado via Decreto.	X	X	X	X	Atendimento realizado mediante parecer da Defesa Civil e análise técnico social.	Conforme avaliação anterior, os atendimentos são realizados mediante parecer da Defesa Civil e análise técnico social.
Planejar ações de enfrentamento no contexto de desastres e emergências juntamente com as outras políticas públicas.	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento.	X	X	X	X	Avaliação: Reavaliar Plano de Contingenciamento	Manter articulação com a Defesa Civil e ampliar recursos e estratégias de atendimento.
Criar estratégias para prevenção de novas situações de calamidade pública e emergência.	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento, bem como garantir dotação orçamentária para esse fim.	X	X	X	X	Reavaliar Plano e de Contingenciamento	Não executado

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Assegurar ampliação na quantidade e no valor dos benefícios a fim de garantir o acesso das famílias a condições mínimas de sobrevivência durante situações de calamidade.	Garantir equidade nos atendimentos, mediante realidade de cada família ou indivíduo.	X	X	X	X	A gestão atende a todos os encaminhamentos e avaliações, respeitando o parecer técnico.	A equidade nos atendimentos são garantidos mediante avaliação técnica, respeitando a particularidade de cada família ou indivíduo, não havendo demanda reprimida nos casos encaminhados.
Criar protocolos de emergência para o Municípios de estrutura prévia a situações de calamidade recorrentes ou não no município	Articulação entre as Políticas Públicas e Defesa Civil para atualização do Plano de Contingenciamento.	X	X	X	X	Avaliação: Necessidade de reavaliar plano e estratégias.	Existe uma articulação entre Defesa Civil e SMAS, contudo sem alteração de de plano de contingência.
Revisar o capítulo VIII da resolução 12/2019 do CMAS a fim de facilitar o acesso ao auxílio aluguel social para pessoas em situação de rua;	Realizar uma avaliação do artigo proposto	X	X	X		Resolução em processo de reavaliação.	Resolução alterada, contudo após varias discussões entre os técnicos dos serviços governamentais não houve alterações nesse artigo específico
Viabilizar a construção do Acolhimento Institucional “Casa Lar” com a garantia de espaço adequado para atender as 10 metas pactuadas.	Buscar o cofinanciamento nas demais esferas de governo para apoio na construção do serviço, evitando assim mudanças recorrentes por se tratar de imóvel locado		X	X		Proposta não executada	Ainda que não se tenha realizado a construção o espaço vem atendendo a contento as meta pactuadas

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Maior suporte a OSC's que prestam serviços socioassistenciais por parte dos entes estaduais com aporte financeiro em caráter emergencial para que as mesmas possam minimizar os riscos e agravos sociais extraordinários, resultantes de eventos emergenciais e de calamidade pública.	Elaborar propostas no intuito de fortalecimento da rede	X	X			Não ocorreu nenhum caso que houvesse tal necessidade em caráter emergencial, ocorrendo, no entanto, os termos de fomento e colaboração no intuito de fortalecimento da rede de serviços socioassistencias.	Conforme avaliação anterior não houve nenhuma caso que houvesse nenhuma ocorrência com necessidades em caráter emergencial, no entanto, foram firmados os termos de fomento e colaboração no intuito de fortalecimento da rede dos serviços socioassistencias.
Implantar serviços socioassistenciais de alta complexidade regionalizados e ampliar vagas de atendimento para pessoa com deficiência e mulheres vítimas de violência e seus dependentes	Encaminhar proposta e devido encaminhamento a Esfera Estadual.	X	X			Avaliação: Proposta ainda sem êxito, sendo mantido o número de mínimo de duas vagas.	No eu tange à Pessoa com Deficiência o município realizou um processo de Dispensa para contratação de residência Inclusiva para 02 PCD. Em relação a Mulher Vítima de violência em caso de emergência faz se necessário acionar a SEDEF para regulação de vagas. Em casos de risco iminente, o técnico oferta benefícios eventuais em forma de passagem para outro município para casa de famílias extensas ou financeiro para pernoites em hotel que garanta sua segurança e de seus dependentes.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Viabilizar recursos destinados à construção e estruturação de equipamentos da rede de proteção social básica e especial de alta complexidade para atendimento a Crianças e Adolescentes.	Buscar o cofinanciamento na demais esferas de governo para apoio na construção do serviço, evitando assim mudanças recorrentes por se tratar de imóvel locado		X	X		Avaliação: Ainda mantemos 02 unidades que não possui sede própria, sendo SCFV – Taquara do Reino, no qual se visa a possibilidade futura de utilização de uma estrutura já existente, atualmente utilizada por outra secretaria.	Proposta não executada
Garantir repasses de recursos financeiros para os municípios durante emergências e p ó s emergências, bem como a transparência dos mesmos.	Elaborar propostas para as demais esferas de governo, garantir dotação orçamentária para a finalidade proposta e atualizar sempre que necessário o portal da Transparência	X	X	X		Conforme Previsto na LOA (Lei Orçamentaria Anual) e Plano Plurianual, prevê dotação orçamentaria em caso de situações de emergência.	Em conformidade com a proposta anterior LOA (Lei Orçamentaria Anual) e Plano Plurianual, prevê dotação orçamentaria em caso de situações de emergência a contento das demandas existentes.
Estender o tempo de concessão do auxílio emergencial mantendo o valor inicialmente pago, garantindo assim a subsistência das famílias mais atingidas pela pandemia do COVID-19.	Garantir um atendimento continuado que minimize as situações de desproteção das famílias e indivíduos	X	X	X	X	Responsabilidade do governo Federal, ao município compete a gestão dos benefícios eventuais.	Responsabilidade do governo Federal, ao município compete a gestão dos benefícios eventuais, ressaltando que já não estamos mais em período pandêmico.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Realizar ações de planejamento orçamentário em conjunto com os municípios para a contratação de RH, a fim de levantar a demanda de maior vulnerabilidade social para o repasse de recursos emergenciais de transferência de renda.	Aumentar equipe por meio de teste Seletivo e/ou concurso publico	X	X	X	X	Avaliação: O município já realizou novas contratações por teste seletivo, estando em processo de homologação de concurso publico.	Conforme pontuado o município realizado concurso Publico Municipal foram convocados servidores efetivos evitando a rotatividade prejudicial a qualidade dos serviços prestados sendo ainda substituídos os contratados por teste seletivo sendo.
--	--	---	---	---	---	---	--

METAS E AÇÕES - GESTÃO DO SUAS

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2022/2023	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2024
		2022	2023	2024	2025		
Garantir uma Vigilância Socioassistencial com equipe técnica exclusiva, visando o reconhecimento das vulnerabilidades e riscos com dados atualizados que oriente e avalie a implantação de serviços socioassistenciais mediante necessidade de cada território e seus usuários, entre eles pessoas com deficiência, idosos...	Ampliar a equipe técnica para atuação na Vigilância Socioassistencial, permitindo o conhecimento das regiões com vulnerabilidades e o planejamento de ações de atendimentos as famílias nesses territórios.		X	X		Avaliação: Em estudo para implantação.	Vigilância implantada em julho de 2023 e Instituída mediante Portaria 1023/2024.
Fortalecer a articulação entre as políticas públicas, integrando e garantindo acesso aos serviços de forma efetiva;	Retomar as reuniões de rede em parceria com o CRAS	X	X	X	X	Realizada nova reunião, com necessidade de um calendário sistematizado.	Reuniões de Rede realizado no ano de 2024 mediante calendário sistematizado no território da Zona Sul

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Implantar sistemas de capacitações continuadas aos trabalhadores do SUAS, que atenda as especificidades dos serviços socioassistenciais, da rede governamental e não-governamental;	Estabelecer um Plano de Capacitações anuais e continuada aos trabalhadores do SUAS, proporcionando novos conhecimentos e atualizações das deliberações portarias e normas vigentes	X	X	X		Elaboração de plano de Educação permanente, as capacitações vem ocorrendo mediante oferta do Estado ou qdo. Solicitado por algum serviço ou servidor mediante análise.	Plano de Educação Permanente no SUAS, elaborado, aprovado e em execução, conforme programação disponibilizado no link: https://www.ibipora.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Plano-Municipal-de-Educacao-Permanente-do-SUAS-de-Ibipora-2024-2025.pdf
Realizar diagnóstico de continuada	Elaborar Diagnóstico socioterritorial detalhado					Diagnóstico realizado, podendo ser acessado através do site oficial do Município.	Diagnóstico atualizado, podendo ser acessado através do site oficial do Município por meio do link: https://www.ibipora.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/DIAGNOSTICO-SOCIOTERRITORIAL-2022-2023.pdf
Redefinir o nível de carreira municipal do Educador Social e Cuidador Social de nível médio para técnico e/ou superior.	Encaminhar para Secretaria de Gestão de Pessoas para análise da viabilidade e legalidade da proposta, mediante justificativa elaborada pelos servidores	X				Avaliação Proposta não executada	Não executado, não temos legislação vigente.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Ampliar os serviços socioterritorial com garantia de espaço adequado.	Avaliar as necessidades e possibilidades mediante Diagnóstico socioterritorial		X			Os serviços descentralizados são executados pelo CRAS _ Gino Peretti , sendo que na a taquara do Reino o imóvel locado garante melhor qualidade de atendimento individual e grupal, já no jd. J. Kennedy é utilizado espaço da UBS, não propiciando ações em grupo.	Espaço de atendimento no Jd. Jonh Kennedy ainda permanece na UBS, único espaço publico disponibilizado, ressaltando que anteriormente utilizava se espaço da escola municipal, mas mediante atentados contra alunos em escolas, entre elas em município próximo , tomou se medida de prevenção evitando entrada de pessoas estranhas em ambiente escolar, sendo necessário o uso da UBS.
Garantia de equipe técnica nos serviços prestados pelas OSC's, garantindo a efetividade das Ações ofertando um espaço de escuta e acolhimento as famílias.	Assessorar e fiscalizar os serviços prestados pelas OSC e buscar incentivos financeiros.	X	X	X	X	Executado, todas OSC que prestam serviço tipificado possuem termo de colaboração ou fomento, encontram -se com técnico de referência do SUAS;	Conforme avaliação anterior todas OSC que prestam serviço tipificado possuem termo de colaboração ou fomento, mantém técnicos de referência do SUAS;
Criar programas de transferência de renda municipal, considerando as mães chefes de família.	Levantar demandas mediante diagnóstico, estabelecer critérios em conjunto com o CMAS, bem como verificar viabilidade e garantir dotação orçamentária.		X			Proposta não executada	Proposta não executada

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Capacitar os trabalhadores do SUAS para padronização na forma de alimentação do sistema GESUAS	Agendar e alinhar frequentes reuniões com a rede de serviço e empresa fornecedora do sistema	X				Em execução, por meio de Reuniões periódicas com os responsáveis do sistema e coordenadores para lançamentos do GESUAS de forma padronizada, resultando em relatórios e dados fidedignos para avaliação, dos resultados.	Realizado reuniões on line com a técnica responsável pelo sistema GESUAS, ferramenta utilizada pela rede socioassistencial para registro dos atendimentos, com equipe da gestão e vigilância socioassistencial, com orientações para padronização dos registros resultando em relatórios e dados fidedignos para avaliação e relatórios.
Aumento do valor do termo de fomento e cooperação para as organizações da sociedade civil (OSC's) que prestam serviços governamentais municipais.	Elaborar novos Editais de Chamamentos Públicos	X	X			Executado, através dos termos de fomento e/ ou colaboração junto às organizações da sociedade Civil.	Os recursos foram consideravelmente aumentados, mediante termos de fomentos oriundos de recursos estaduais e emendas parlamentares Federal.
Garantir o percentual mínimo de 12% do orçamento municipal direcionado para o SUAS.	Elaborar o Orçamento LOA - LDO mediante realidade das demandas de serviços.	X	X	X	X	Proposta não executada nesse percentual.	Proposta não executada nesse percentual, contudo tem suprido as demandas de atendimento e necessidades da Política de Assistência Social.
Proporcionar capacitação para os trabalhadores do SUAS, tanto dos serviços governamentais como das entidades, na temática de planejamento e Orçamento publico.	Elaborar Plano de capacitação aos trabalhadores do SUAS	X	X	X	X	Em fase de estudo para elaboração de um Plano de Educação Permanente	Plano de Educação Permanente no SUAS, elaborado, aprovado e em execução, disponibilizado na página da Assistência Social, site da prefeitura.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Melhoria das estruturas físicas dos serviços socioassistenciais municipais com salas para atendimento individuais e em grupos.	Elaborar um relatório pormenorizado de cada serviço avaliando condições e melhorias a serem realizadas	X	X	X	X	Em execução	Melhoria das estruturas físicas dos serviços CRAS Centro e CREAS ampliando o numero de salas para atendimento individuais e em grupos.
Prever orçamento que garanta a contratação de equipe técnica nos serviços socioassistenciais conforme NOB/RH.	Elaborar o Orçamento LOA - LDO mediante realidade das demandas de serviços.	X	X	X	X	Avaliação: Foi realizado Teste Seletivo afim de ampliar equipe técnica.	Realizado Concurso Publico Municipal foram convocados servidores efetivos evitando a rotatividade prejudicial a qualidade dos serviços prestados sendo ainda substituídos os contratados por teste seletivo sendo: 01 Assistente Social: Efetivo 01 Assistente Social: PSS 01 auxiliar administrativo terceirizado 01 motorista terceirizada
Publicizar de maneira mais simplificada o orçamento público da política de Assistência Social.	Elaborar um instrumento que atenda as necessidades e traga mais clareza aos conselheiros, servidores e população	X	X	X	X	Avaliação: Os orçamentos previstos para Assistência Social são lançados no portal da transparência.	Apresentação do orçamento aos Conselhos de Direitos e trabalhadores do SUAS de forma simplificada facilitando o entendimento, bem como disponibilidade em portal de transparência.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Disponibilizar veículo para a OSC APASI.	Buscar recursos em outras esferas e/ou emendas parlamentares		X			Proposta não executada	Proposta não executada
Ampliar o cofinanciamento do piso para o acolhimento institucional de pessoas em situação de rua. (Estadual)	Adequar os valores pactuados pelo estado mediante a realidade do custo real de cada meta atendida.	X	X			Proposta não executada, onerando os cofres públicos municipais.	Recursos do Piso de Abordagem para pessoas em situação de rua não está sendo mais repassado ao município,
Responsabilizar-se com as demandas de pessoas com deficiência maiores de 21 que necessitem serviço de residência inclusiva.	Garantir cofinanciamento para compra de vagas em Residenciais Inclusivas.	X	X	X	X	Estado não atendeu nossas demandas, sendo necessário compra de vagas via processo licitatório.	O Município vem custeando com recursos próprios duas demandas em Residência nclusiva no valor de R\$ 4.500,00/meta.
Garantir parâmetros de cofinanciamento para o SUAS nas OSC's que atuam na proteção social especial e PCD.	Buscar e documentar a necessidade de investimento em OSC por parte das esferas estaduais e federais	X	X	X	X	Foi aprovado pelo CMAS emendas parlamentares de forma voluntária. Sistema de informações e transferencias voluntarias-SIGTV.	Aprovado pelo CMAS emendas parlamentares de forma voluntária. Sistema de informações e tranferencias voluntarias-SIGTV.
Assegurar que despesas com pessoal da política de assistência social cofinanciada com recursos do governo estadual e federal não sejam contabilizados no índice de gastos com pessoal, compreendendo tratar-se de serviços essenciais.	Articular junto aos Foruns de discussão, articular com os Conselhos Municipais Estaduais , CNAS, CIB e CIT, para que assim possamos ter governabilidade em aplicar co financiamento em RH,sem impacto no índice de Pessoal, garantindo assim o que pressupõe a NOB-RH	X	X	X	X	Proposta não exectada.	Proposta não exectada, não tendo o município governabilidade sobre esta proposta.

 META REALIZADA
 META RELIZADA PARCIALMENTE
 NÃO REALIZADO

METAS E AÇÕES - CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO/PROPOSTA	META	PERÍODO EXECUÇÃO				AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2022/2023	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO 2024
		2022	2023	2024	2025		
Ampliar e divulgar os canais de avaliação dos usuários as estruturas usadas por eles, como, por exemplo 0800 e etc.	Ampliar a divulgação dos telefones do CREAS e Ouvidoria Municipal, disque 100, por meio de Mídias e materiais gráficos.	X	X	X	X	Implantada a ouvidoria do município, de fácil acesso, com possibilidade de abertura de protocolo on line e sem identificação, podendo ainda ser implantado caixa de avaliação e sugestões nos serviços.	Avaliação: Implantada a ouvidoria do município, de fácil acesso, com possibilidade de abertura de protocolo on line e sem identificação, com implantação de ficha de avaliação, satisfação e sugestões nos serviços.
Divulgar, através de meio eletrônico, audiovisual e materiais gráficos, sobre a política de Assistência Social (serviços, programas e benefícios), Conselhos, Conferências, Capacitações.	Elaborar e confeccionar materiais gráficos, alimentar site oficial e utilizar redes sociais e imprensa local.	X	X	X	X	Utilização do site oficial do município, páginas no site para cada serviço, páginas em redes sociais como instagram, facebook e outros. Encaminhamento por email e aplicativos de mensagens instantaneas.	Utilização do site oficial do município, páginas no site para cada serviço, páginas em redes sociais como instagram, facebook e outros. Encaminhamento por email e aplicativos de mensagens instantaneas.
Mobilizar e sensibilizar a sociedade civil para participação nos espaços de controle social, através de reuniões ampliadas e descentralizadas em formato híbrido;	Elaborar calendários com reuniões ampliadas e descentralizadas	X	X	X	X	As reuniões ocorrem de forma híbrida facilitando o acesso a todos conselheiros e /ou vale transporte viabilizando acesso. Quanto a descentralização faz se necessária organização.	As reuniões continuam sendo realizadas de forma híbrida facilitando o acesso a todos conselheiros e /ou vale transporte viabilizando acesso, ficando a critério do Conselheiro e convidados a forma de participação. Quanto a descentralização faz se

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

							necessária organização em função da estrutura necessária para transmissão.
Proporcionar capacitação aos trabalhadores do SUAS, usuários e conselheiros municipais, principalmente representantes da sociedade civil informando a importância do seu papel nos conselhos dando voz a população.	Elaborar um plano de capacitação para atingir os objetivos da proposta dada sua relevância	X	X	X	X	Proposta em fase de estudo para elaboração do Plano de Educação Permanente.	Plano de Educação Permanente aprovado e em pleno e regular funcionamento.
Viabilizar acesso ao portal referentes aos orçamentos e gastos públicos destinados aos serviços	Divulgar as formas de acesso ao portal da transparência e criar instrumentos de fácil interpretação.	X	X	X	X	Os dados São atualizados com frequência, estando no site oficial da prefeitura municipal, de fácil acesso.	Os dados continuam sendo atualizados com frequência, estando no site oficial da prefeitura municipal, de fácil acesso.
Assegurar representação do fórum de trabalhadores do SUAS no CMAS.	Formalização oficial do Fórum para análise da Lei de Composição do CMAS.	X				Embora o FORUM não esteja em pleno e regular funcionamento um dos articuladores, foi convidado a participar do CMAS, no segmento trabalhadores do setor.	Necessidade de maior organização e articulação da categoria para pleno e regular funcionamento do FORUM

LEGENDA:

- ☒ META REALIZADA
- ☐ META REALIZADA PARCIALMENTE
- ☐ NÃO REALIZADO

Reestruturar os conselhos municipais com um novo modelo de controle social, onde o usuário possa ter sua participação priorizada considerando suas especificidades e necessidades individuais, inclusive da pessoa com deficiência.	Realizar uma discussão acerca das reestruturações necessárias	X	X			Em execução, haja vista que nos 4 Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social garante a participação, priorizando as necessidades individuais, em especial idosos e pessoa com deficiência.	Os 4 Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social visa garantir a participação, priorizando as necessidades individuais, em especial idosos e pessoa com deficiência.
Promover a articulação entre os conselhos municipais	Realizar discussão acerca da proposta estabelecendo ações que propiciem a articulação pleiteada	X				Os conselhos Municipais, desenvolvem ações articuladas, podendo ser intensificadas conforme necessidade.	Os conselhos Municipais, desenvolvem ações articuladas, podendo ser intensificadas conforme necessidade.
Proporcionar capacitações permanentes aos Conselheiros Municipais e materiais de apoio, considerando tratar-se de importantes espaços de controle social;	Elaborar um plano de capacitação para atingir os objetivos da proposta dada sua relevância	X	X	X	X	Ocorreu a Capacitação no período para conselheiros do CMDCA e rede de proteção, sistema de garantia de direitos "SGD", o CMDPI e CMAS, foram proporcionadas capacitações descentralizadas fora do município, sendo que no calendário ainda há previsões de novas capacitações.	Capacitação voltada a todos os conselheiros municipais vinculados a SMAS, e demais políticas públicas, como o TEMA- CONTROLE SOCIAL, conforme consta em Plano de Educação Permanente dos trabalhadores do SUAS em parceria com Projeto de Extensão da UEL.

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Tornar pública a gestão financeira dos recursos destinados a política de assistência social	Atualizar com frequência o Portal da Transparência	X	X	X	X	Avaliação: em execução, sendo todos os gastos lançados no Portal da Transferência, sendo frequentemente fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado -TCE	O Portal da Transferência no que tange a gestão financeira do SUAS é atualizado com frequência, de fácil acesso à população, e demais órgãos de controle e fiscalização.
Reestruturar os conselhos estaduais mudando o modelo de participação onde temos a gestão como protagonista e a sociedade como coadjuvante.	Fundamentar proposta e encaminhar ao CEAS	X	X	X		O município possui representante no CEAS, bem como garante meios de proporcionar sua participação ativa, disponibilizando equipamentos, acesso a computadores, internet e impressora.	O município ainda possui membro no CEAS, como representante de Usuários e vem exercendo seu papel como protagonista na luta pelo protagonismo do segmento que representa e defende.
Garantir os Conselhos e outros espaços de participação e deliberações importantes para o controle social.	Discutir e fundamentar a proposta para estabelecer ações necessárias	X	X	X		Proposta em execução, sendo o CMAS espaço aberto de ampla discussão e deliberação.	Além das plenárias os Conselheiros são convidados para Conferências Municipais capacitações que disponibilizam espaços para discussões e reflexões referente a política de assistência social

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META REALIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

Garantir a continuidade e o fortalecimento dos conselhos de direitos, dando mais visibilidade e interlocução entre governo e usuários. Abolir posturas antidemocráticas por parte dos entes governamentais que minimizam a importância desses espaços de protagonismo e luta por direitos.	Dar maior visibilidade aos trabalhos dos Conselhos Municipais, bem como seu importante espaço de Deliberações e garantias voltadas as políticas públicas	X	X	X	X	Proposta em execução, tendo hj o Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS, um representando de usuários no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que conta com todo apoio, técnico, físico e financeiro, que garanta sua ampla participação.	Proposta em execução, tendo hj o Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS, um representando de usuários no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, que conta com todo apoio, técnico, físico e financeiro, que garanta sua ampla participação.
---	--	---	---	---	---	--	--

LEGENDA:

-  META REALIZADA
-  META RELIZADA PARCIALMENTE
-  NÃO REALIZADO

AVALIAÇÃO

Em análise, metas propostas em Conferência Municipal no ano de 2021 e de 2023, bem como Plano Plurianual Municipal de Assistência Social do município de Ibiporã e ainda considerando tratar-se de um plano de extrema importância e de longo prazo devendo ser acompanhado, avaliado e monitorado através de um processo dinâmico e flexível adequando-se às realidades e elencando novas prioridades apresentadas conforme a realidade local, entre outros elementos que vão compondo a análise de demanda e oferta de Assistência Social no município, bem como as relações intersetoriais, interinstitucionais.

Considerando um acompanhamento da demanda e oferta de serviços socioassistenciais no município, considerando ainda as especificidades locais, as necessidades emergentes e as condições de vulnerabilidade social a realização da segunda etapa do relatório de avaliação das metas do PPMAS, observou-se que, em sua maioria, as metas pactuadas até o momento foram cumpridas, respeitando a necessidade de um acompanhamento contínuo do plano monitorado de forma periodicamente de forma dinâmica, passando por reavaliações e alterações necessárias considerando as necessidades reais e condições sociais e econômicas do país e do município.

As metas de atendimento foram sendo parcialmente adequadas conforme análise da demanda e oferta de serviços, bem como prioridades de atendimento por serviço socioassistencial, respeitando ainda as necessidades locais e continuará passando por ampliações e adequações no que tange a estrutura física e equipe de referência que se fizerem necessárias mediante avaliação e acompanhamento dos atores e órgãos responsáveis, respeitando a avaliação dos usuários em especial os que se encontram em situação de desproteção social.

Essa análise é essencial para garantir que o PPMAS seja efetivamente executado de forma a atender as necessidades da população, promover a inclusão social e superar as vulnerabilidades existentes.

Ao analisar os status de metas cumpridas, parcialmente cumpridas e não cumpridas é possível conforme as expectativas traçar as diretrizes estabelecidas.

CONCLUSÃO:

O relatório de monitoramento e avaliação das metas estabelecidas no Plano Plurianual Municipal de Assistência Social (PPMAS) de Ibiporã para o período de 2022 a 2025, emitido em 2024, constitui uma análise crítica da execução das ações e políticas públicas voltadas à assistência social no município, com o intuito de verificar o cumprimento das metas pactuadas, a adequação das estratégias implementadas e a adequação dos recursos financeiros. Este processo de monitoramento reflete a busca por uma gestão pública eficiente, eficaz e em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A análise realizada ao longo do período em questão demonstrou, de forma geral, que as metas estabelecidas foram majoritariamente cumpridas, com algumas exceções que exigem ajustes para garantir a efetividade das ações de assistência social no município. É notável que, em muitos casos, as metas pactuadas atenderam de forma satisfatória às demandas da população, principalmente nas áreas relacionadas à ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais e à qualificação dos serviços prestados. No entanto, a análise revelou que, para garantir a continuidade e a expansão desses resultados, será necessário um processo constante de avaliação e adaptação das ações, conforme as transformações sociais, econômicas e políticas que impactam diretamente o cenário local.

A implementação de um processo contínuo e dinâmico de monitoramento e avaliação é imprescindível para o sucesso da execução do PPMAS. O plano, sendo uma ferramenta de longo prazo, demanda um acompanhamento constante que permita ajustes no decorrer do tempo. Nesse sentido, é fundamental que as metas sejam revistas periodicamente, de modo a adaptar-se às realidades locais e aos novos desafios que surgem ao longo do período de implementação. O monitoramento também deve ser flexível, de forma a permitir a realocação de recursos e o redesenho de ações que respondam de maneira mais eficiente às necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.

O processo de monitoramento não se limita a uma avaliação das ações

executadas, mas também envolve a análise da demanda e oferta de serviços socioassistenciais, considerando as necessidades emergentes da população e a interação entre as diversas políticas públicas, como saúde, educação e segurança. Essa articulação intersetorial e interinstitucional é um elemento crucial para garantir a integralidade da assistência social e o atendimento adequado às necessidades da população em situação de vulnerabilidade.

O controle social, exercido por meio dos conselhos municipais e outras instâncias de participação, também desempenha papel fundamental nesse processo, assegurando a transparência, a prestação de contas e a efetividade das ações implementadas.

As metas propostas nas conferências municipais e no próprio PPMAS, embora amplamente cumpridas, exigem uma constante adequação às novas prioridades que surgem ao longo do tempo. Durante a execução do plano, devem ser identificadas as lacunas que ainda existem em termos de oferta de serviços, e novas prioridades precisam ser incorporadas para garantir que a assistência social continue atendendo de forma eficaz às populações em situação de maior vulnerabilidade. O monitoramento e a avaliação contínuos devem possibilitar que novas demandas sejam identificadas e que as metas do plano sejam ajustadas para garantir o atendimento integral e equânime da população.

No que tange à estruturação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, os dados do relatório demonstram que, em sua maioria, as ações foram implementadas conforme o planejado. Contudo, é importante que a análise seja aprofundada, identificando se as ações e projetos atenderam plenamente às necessidades dos usuários, considerando as particularidades de cada segmento da população atendida, como idosos, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, entre outros grupos em situação de risco. O aperfeiçoamento constante da qualidade dos serviços prestados e a expansão da infraestrutura de atendimento são aspectos essenciais para garantir a ampliação do acesso e a efetiva proteção social.

A integração das redes de proteção social, tanto dentro do sistema de assistência social quanto com outras políticas públicas, como saúde e educação, é um dos pilares da efetividade da assistência social no município. O relatório destaca a necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial e da integração interinstitucional, visando a superação das vulnerabilidades sociais e a promoção de

direitos humanos. Para isso, é fundamental que as políticas de assistência social sejam executadas de forma coordenada, garantindo que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira estratégica, eficaz e com foco nas necessidades das populações mais vulneráveis.

Do ponto de vista jurídico, é imprescindível que a implementação do PPMAS respeite as normas constitucionais e infraconstitucionais que regem as políticas públicas de assistência social, garantindo o cumprimento dos direitos sociais e a não discriminação. A legislação relacionada à assistência social deve ser observada de forma rigorosa, garantindo que os processos de gestão pública, fiscalização e monitoramento das ações de assistência social sejam transparentes, eficientes e em conformidade com os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Além disso, é essencial que o município de Ibiporã continue investindo na capacitação das equipes técnicas e gestoras que atuam nas áreas de assistência social, para que possam aprimorar a execução das políticas e garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados. A melhoria da gestão financeira também é uma prioridade, garantindo que os recursos destinados à assistência social sejam utilizados de forma eficiente, conforme as necessidades da população.

BIBLIOGRAFIA

IBIPORÃ. Relatório da XIV Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Ibiporã. Conselho Municipal de Assistência Social. Ibiporã, 2021.

_____. **Plano Plurianual Municipal de Assistência Social - PMAS 2021 - 2024.** Secretaria Municipal de Assistência Social. Ibiporã, 2021.